

## OSMAN BRASILEIRO



## UM ESCRITOR PARA SEU POVO

### *A WRITER FOR HIS PEOPLE*

Andrea dos Reis Collaço<sup>87</sup>

**Resumo:** O artigo propõe reflexão sobre as confluências entre a literatura e a biografia do escritor pernambucano Osman Lins, examinadas sob o enfoque temático da nacionalidade brasileira, entendida como realidade simbólica. Partindo dos elementos tradicionais sobre o conceito de nação – *território, organização social, língua e povo* –, são abordados os textos literários, as entrevistas e os artigos de opinião do escritor a fim de compreender a sua relação com o país, suas reflexões teóricas e sua postura crítica como homem e autor brasileiro. O artigo debate, ainda, a percepção bastante difundida de que Osman Lins seria um autor de elite, propondo uma abordagem do tema sob a ótica da concepção de trabalho defendida pelo escritor.

**Palavras-chave:** crítica literária; política e literatura; Osman Lins.

**Abstract:** *The article proposes a reflection on the confluences between the literary works and the biography of the Pernambucan writer Osman Lins, examined under the thematic focus of Brazilian nationality, understood as a symbolic reality. Grounded on the traditional elements of the concept of nation — territory, social organization, language and people — the literary writings, interviews and op-ed articles of the writer are approached in order to comprehend his relationship with the country, his theoretical reflections and his critical stance as a Brazilian man and author. The article yet discusses the rather widespread notion that Osman Lins would be an author for the elite, proposing an approach on this subject based upon the concept of work defended by the writer.*

**Palavras-chave:** *literary criticism; politics and literature; Osman Lins.*

O escritor que não está ligado, de um modo profundo, aos seus semelhantes, e principalmente aos homens do seu país, é um invasor e não merece o ofício que escolheu.

OSMAN LINS

Entre os meses de setembro e outubro de 2020, pela primeira vez de forma virtual, aconteceu o V Encontro de Literatura Osmaniana, evento anual que reúne

---

<sup>87</sup> Doutoranda em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília. E-mail: andreacollaco@gmail.com.

pesquisadores, leitores e admiradores da obra de Osman Lins. O tema do ano, que também serve de subtítulo a esta edição da Revista Littera, foi *Literatura e biografia em Osman Lins* e, de maneira muito simbólica, contou com pesquisadores da obra osmaniana desde o início de suas publicações até os mais recentes, reunindo em um só tempo o percurso do autor, de sua obra e de sua recepção.

Encerrando o evento, foi apresentado um Painel sobre o autor por dezenove palestrantes, cada um examinando Lins e sua obra por uma perspectiva temática diferente. Falamos sobre várias facetas de um ser humano, de um escritor e de seus escritos, ou, em outros termos, sobre as relações entre uma determinada organização de palavras e uma trajetória física única no mundo, ambas – palavras e trajetória – atravessadas por seu tempo, por seu espaço e por seus interlocutores. Procuramos compor, com os significados instaurados por cada fragmento temático, o vislumbre de uma totalidade. Nada mais osmaniano.

Dentre as várias facetas que compuseram o painel, a mim coube falar sobre Osman Brasileiro. Obviamente as apresentações do evento buscavam entender quem foi a pessoa e o autor Osman Lins, mas a segunda parte do meu tema – Osman *Brasileiro* – impunha e impõe já de início outra pergunta: afinal, o que é ser brasileiro?

Começo com essa questão porque ela ajuda a trazer à memória um debate que nos atravessa de ponta a ponta da História, de José Bonifácio a Milton Santos, de Machado de Assis a Lília Schwarcz, de Oliveira Vianna a Lélia González. Começo por ela porque essa foi uma questão central do século em que viveu e escreveu Lins, e em que publicaram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido, entre tantos outros. Faço questão de enunciar essa pergunta para a qual não tenho resposta e que não consigo me fazer sem dor neste ano de dois mil e vinte porque a considero de fundamental importância nos dias em que vivemos, quando nos deparamos com uma parcela da população que supõe a questão resolvida à custa de tosca simplificação e mal disfarçado autoritarismo. Se eles tentam sequestrar a nacionalidade e impor seu próprio grupo como único modelo possível de existir neste país, nós, os detratores<sup>88</sup> que deveríamos ter como

---

<sup>88</sup> Em coluna de Rubens Valente, publicada pelo Portal UOL em 1/12/2020, veio a público a informação de que uma empresa de comunicação contratada pelo governo federal produziu um relatório denominado

destino o exílio ou a ponta da praia<sup>89</sup>, seguimos brandindo a dúvida, abrindo o diálogo, construindo alternativas. E por isso, brasileira que também sou, repito a pergunta: afinal, o que é ser brasileiro?

Na cultura popular, a definição do que é ser brasileiro dialoga, ente chavões e frases de efeito, com os teóricos que se dedicaram a pensar a brasilidade. Para muitos, essa é uma definição que passa por uma operação projetiva: o Brasileiro, em maiúsculas, se configura numa espécie de entidade em que o brasileiro, em minúsculas, projeta o que é, o que julga ser, o que desejaria ser, aquilo de que quer se diferenciar e também – mas não menos importante – o que tem vergonha de ser e gostaria de poder viver sem culpa.

Assim, quando se fala que “o brasileiro é alegre”, aquele que profere a frase partilha de alguma forma dessa atmosfera de festividade, reivindicada mesmo nos períodos mais sombrios de nossa História – e talvez especialmente neles. Quando se fala que “o brasileiro convive bem com todas as raças”, quem fala, por ser brasileiro, silencia um importante debate e se abstrai de encarar com honestidade o seu papel na perpetuação da violência das relações raciais no país. Quando se diz que “o brasileiro não desiste nunca”, transforma-se em elogio ufanista uma atitude que reflete a desesperadora necessidade de persistir diante de uma realidade massacrante. Afinal, quando as outras opções são a morte ou a fome, não desistir não é uma escolha, mas uma imposição. Quando se diz que “o brasileiro não sabe votar”, em tom reprobatório, a pessoa nunca fala do seu próprio voto e da sua participação no processo político, mas busca eximir-se

---

“Mapa de influenciadores”, que continha o monitoramento das atividades de jornalistas e outros formadores de opinião e sua classificação em “favoráveis”, “neutros informativos” e “detratores”. A íntegra da matéria pode ser conferida em <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/12/01/governo-bolsonaro-jornalistas-redes-sociais.htm> e a percepção sobre a gravidade da situação por dois dos citados como “detratores” pode ser vista em <https://www.youtube.com/watch?v=dVrUIWcRUJI>. A autora deste artigo não consta das listas publicadas, evidentemente, mas, se a listagem fosse grande o suficiente para comportar toda a população brasileira, figuraria orgulhosamente entre os detratores.

<sup>89</sup> “Ponta da praia” é uma gíria usada por militares para se referir a um local de assassinato de opositores durante a última ditadura civil-militar por que passou o país. O atual presidente Jair Bolsonaro, desde a sua campanha pela eleição, usa a expressão para se referir àqueles que discordam de suas posições, como pode ser visto nas reportagens de Sul 21, de 26/10/2018 (<https://www.sul21.com.br/colunas/marcos-rolim/2018/10/ponta-da-praia/>), da Revista Fórum, de 1/11/2019 (<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-usa-giria-sobre-tortura-para-enquadrar-servidores-publicos/>), e do Portal UOL, de 12/11/2020 (<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/11/12/bolsonaro-cita-local-de-execucao-da-ditadura-ao-criticar-debate-de-genero-em-escolas.htm>).

da responsabilidade pessoal com a coletividade atribuindo a essa mesma coletividade uma condenação em sentença prévia: não adianta fazer nada, o brasileiro não sabe votar. E, para acabar com o rol de exemplos, se alguém resolve uma questão por meios escusos, não é dele a atitude ilícita: é brasileiro o jeitinho.

No campo teórico, o debate sobre a nacionalidade, a Nação e – por ser difícil separar umas do outro – sobre o Estado é longo, antigo e controverso, especialmente em um país com a nossa formação histórica e considerando os desafios impostos pela contemporaneidade. Em artigo intitulado “O que vem a ser Nação no contexto atual?” a Promotora de Justiça e doutora em Direito Público Daniella Dias promove uma recapitulação dos conceitos de Nação apresentados por diferentes autores dos quais emergem termos como “ambivalente”, “paradoxo”, “indeterminado”, “multiforme”, “subjetivo”. Em que pese o caráter de alguma maneira informe do conceito, contudo, e retomando o pensamento de Miguel Reale, o texto pondera que “a Nação não é uma noção artificial ou uma simples ficção política. Trata-se de uma realidade existente como formação cultural e histórica (DIAS, 2012, p. 56)”. Citando-o:

Ao contrário do que diz Jellinek, ela [a Nação] possui uma realidade exterior, resultante de fatores múltiplos, de ordem econômica, racial, linguística, religiosa etc., mas sobretudo de ordem histórica, por todos esses laços sutis e fortes que ligam os homens estabelecidos em um mesmo território com uma comunhão de usos e costumes (REALE *apud* DIAS, 2012, p. 56).

Usos, costumes, raças, línguas, religiões, território, histórias, laços: o conceito de Nação, em sua multiplicidade intrínseca, somente ganha realidade por uma rede simbólica de significados compartilhados. Não como objeto externo a ser dissecado e explicado cientificamente, mas como potência significativa do encontro de pessoas, lugares, palavras e memórias é que se forma a Nação, assim como se forma, para quem olha em retrospecto, a biografia de um ser humano que se dedicou a escrever e a publicar; assim como se forma a ligação entre escritor, leitor e texto.

Os conceitos mais tradicionais sobre a Nação ou o Estado-Nação costumam conjugar alguns elementos para tentar explicar essa ideia de um existir significativo em

coletividade: elementos como território, organização social, língua comum e povo. Nesse sentido, para além dos lugares comuns sobre o que é “o Brasileiro”, poderíamos dizer que brasileiro é aquele indivíduo (ou pessoa, ou cidadão) que pertence (ou integra, ou forma) a comunidade (ou o país, ou o Estado) desta terra que passou a ser chamada Brasil graças à sua primeira *commodity* agroexportadora. É claro que cada um desses termos usados alternativamente abre o seu próprio campo de debates teóricos – ser um indivíduo, por exemplo, é o mesmo que ser um cidadão? – e que, perceptivelmente, esta minha definição do que é ser brasileiro está mais para uma *indefinição*. É de propósito. O território, a organização social, a língua e o povo certamente não são suficientes para definir o que é ser brasileiro nem para explicar quem foi Osman Brasileiro, mas vão nos servir como guias de leitura para ajudar a organizar a reflexão. Começemos pelo território.

A biografia literária de Reginal Igel (1988) nos conta que Osman Lins nasceu e passou os primeiros anos de vida na pequena cidade pernambucana de Vitória de Santo Antão, parte da adolescência e da idade adulta na capital, Recife, e o restante da vida na cidade de São Paulo. A trajetória do autor, movido por oportunidades educacionais e profissionais do interior para a capital, do Nordeste para o Sudeste, do pequeno município, quase rural, para a grande metrópole, é também o percurso de um Brasil que viveu intensamente as migrações regionais e o adensamento urbano ao longo do século XX. Os historiadores Herbert Klein e Francisco Luna contam que, de 1960 a 1980, estima-se que 27 milhões de brasileiros tenham migrado para as cidades, o que corresponde a cerca de 22% da população da época. “A população rural não apenas migrou em massa para as cidades, para melhorar suas condições de vida, tornando o Brasil, no fim do século XX, um país predominantemente urbano, mas essa migração envolveu também intensa movimentação inter-regional (KLEIN & LUNA, 2014, p. 43-44)”. “Na década de 1960, 1,8 milhão de pessoas abandonaram o Nordeste e, na década seguinte, mais 2,4 milhões migraram (Idem)”. Muitos, como Osman, tiveram como destino a cidade de São Paulo, que teve 42% do seu crescimento populacional entre 1970 e 1980 gerado pelas migrações internas.

Lins viveu em primeira pessoa as grandes transformações demográficas por que passou o país, num movimento que se reflete também em seus livros, da Vitória de

*O Visitante*, passando pela Recife de *Nove, Novena* e chegando à São Paulo de *Avalovara*. Depois, como num movimento em espiral, retornou ficcionalmente a Recife em *A Rainha dos Cárceres da Grécia* para então iniciar a viagem de volta ao interior no romance inacabado *A Cabeça Levada em Triunfo*. Ele não apenas experimentou pessoal e ficcionalmente a nova organização territorial brasileira, como foi um observador crítico da violência com que se configurou esse processo, que produziu bolsões de pobreza nas periferias e encostas das cidades que pretendiam ser o símbolo da modernidade nacional.

O professor narrador de *A Rainha dos Cárceres da Grécia*, citando a *Revista Realidade* de maio de 1972, comenta: “aumenta o êxodo rural, gerando favelas como a do Coque – sessenta hectares, no Recife, de terra pantanosa aterrada com lixo –, onde vivem dez mil pessoas, noventa por cento das quais sem ocupação certa e que se alimentam de mariscos apanhados na lama (LINS, 2005, p. 19)”. No mesmo livro, a migrante Maria de França, colocada por sua narradora em situação que o autor diz ser menos deplorável que a da gente do Coque, vê na enchente carregada de detritos do Rio Capibaribe sinais de riqueza, os mesmos que observa nos “bens ofertados” nas latas de lixo que revira em busca de comida. Para ela, diz o narrador, “a fartura no Recife é tanta que transborda (LINS, 2005, p. 169)”. Quarenta e sete anos depois, em setembro de 2019, a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Tereza Cristina, reiterou essa ideia de fartura nacional percebida por Maria de França: “Nós não passamos muita fome porque temos mangas nas nossas cidades, nós temos um clima tropical<sup>90</sup>”.

Deixando de lado a ficção, de Maria de França ou de Tereza Cristina, vemos em artigo de opinião de Lins intitulado “Serventes de Obra, Párias do Trabalho nas Metrópoles” um libelo do escritor contra a exploração dos migrantes que construíam a cidade de São Paulo enquanto dormiam nos prédios inacabados e se alimentavam quase exclusivamente de rapadura e laranjas. Lins não apenas critica duramente as condições de vida desses “indivíduos vindos dos lugares mais atrasados do Brasil, em sua maioria

---

<sup>90</sup> A frase foi proferida durante depoimento da ministra na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em 9/4/2019, e pode ser conferida em vídeo constante de reportagem do Portal UOL na mesma data, no link <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/04/09/brasileiros-nao-passam-fome-porque-tem-mangas-nas-cidades-diz-ministra.htm>.

do Norte (LINS, 1979, p. 85)”, como também sugere ações de alfabetização e assistência médica e cobra providências tanto do poder público como, principalmente, das construtoras. Os trabalhadores, diz Osman, deveriam ser “protegidos e educados pelas poderosas organizações que os empregam e que se conduzem em relação a eles da maneira mais fria, mais desdenhosa, menos interessada que se possa imaginar (LINS, 1979, p. 87)”.

O artigo foi recusado por diversos jornais, que temiam desagradar seus anunciantes, e permaneceu inédito até ser publicado na coletânea *Evangelho na Taba*, organizada por sua viúva. Na “Nota Preliminar” ao livro que reunia ainda outros artigos e entrevistas, Julieta de Godoy Ladeira se refere ao texto como “artigo proibido” e explica: “A situação dos serventes e o pensamento do escritor a esse respeito submergiam, assim, num silêncio imposto por certo tipo de censura que demonstra, bem, como a imprensa brasileira, acima de tudo, vive atada, de um lado, a temores econômicos, de outro, aos chamados problemas de segurança nacional (LADEIRA, 1979, p. 9)”. Publicados ainda durante o regime militar, o prefácio e os artigos continuam uma leitura interessante para tempos em que o trabalhador ganhou o benefício extraordinário de negociar diretamente com o patrão<sup>91</sup> e em que a iniciativa privada se tornou, para o senso comum nacional, sinônimo de progresso e liberdade.

Aproveito o assunto desse artigo para tratar do segundo elemento que enfeixa o conceito tradicional de nacionalidade, a organização social, abordada aqui sob a ótica do trabalho. Em *Nove, Novena*, personagens como o burocrata Mendonça de “Noivado”, o menino que continua os negócios do pai em “O Pássaro Transparente” e mesmo o músico de “Ponto no Círculo” trazem à tona a dimensão violenta e esvaziadora de subjetividades do trabalho sem significado além da sobrevivência ou do enriquecimento. Por outro lado, atravessa a obra ensaística e as entrevistas do escritor a valorização de todo trabalho humano que promova o reordenamento do mundo para a fatura de algo novo, seja esse

---

<sup>91</sup> A Reforma Trabalhista aprovada pela Lei nº 13.467/2017 teve como um dos pressupostos “a prevalência do negociado sobre o legislado”, diminuindo o poder de negociação dos sindicatos e abrindo margem para a possibilidade de negociação direta entre patrão e empregado, fato alardeado como uma grande vantagem por aqueles que a defendiam. Na prática, a reforma, que prometia gerar empregos ao reduzir os entraves da legislação trabalhista, ocasionou o aumento do trabalho precário e da terceirização.

trabalho a construção de um vitral, a confecção de uma peça de roupa ou a criação literária.

Essa concepção é interessante para pensar o Osman Brasileiro porque vai de encontro a certa ideia de trabalho que faz parte de muitos dos grandes escritos sobre o “caráter nacional” e que tem profunda relação com a permanência das relações escravocratas no país. Sérgio Buarque de Holanda discorre largamente sobre a hierarquização entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal e, concomitantemente, sobre o sentido superficial da intelectualidade numa sociedade até pouco tempo agrária, em que descendentes de antigos donos de engenho passam a exercer, na nova vida cidadina, ocupações como a atividade política, a burocracia e as profissões liberais.

O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação.

Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza. Aliás, o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido expressamente considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres (HOLANDA, 2014, pp. 97-98).

O “largo crédito” conferido a essas “virtudes senhoriais” atravessou a vida de Lins e permanece incomodamente vivo setenta e quatro anos após a publicação de *Raízes do Brasil*. Em meio à pandemia de coronavírus que mudou a feição do mundo em dois

mil e vinte, obrigando pessoas e países a repensarem seus modos de ser e estar em coletividade, correram o Brasil as cenas de um casal respondendo a um agente da Vigilância Sanitária que buscava fazer valer as regras de distanciamento social no bar em que eles estavam:

Homem: Não vai falar com seu chefe, não?

Mulher: A gente paga você, filho. O seu salário sai do meu bolso.

Homem: Cadê sua trena? Quero saber como você mediu sem trena.

Fiscal: Tá, cidadão.

Mulher: Cidadão, não. Engenheiro civil, formado. Melhor do que você.<sup>92</sup>

Num país em que ainda hoje parece valer menos ser cidadão do que ser “engenheiro civil, formado, melhor do que você”, a hierarquização do trabalho proposta por Lins é de outra ordem, e verdadeiramente admirável. Contra uma tradição bacharelesca arraigada, como diz em *Guerra Sem Testemunhas*, Lins afirma que “a grande saída para um escritor seria um trabalho manual. Ser vidraceiro, marceneiro. Trabalhar com as mãos (LINS, 1979, p. 161)”. Em outro artigo, sobre o dia do alfaiate, presta homenagem aos oficiais como seu pai, “que mantinham com as medidas e os riscos uma intimidade cheia de nobreza (LINS, 1979, p. 118)”. Assim, para Osman, livre não é aquele que pode trabalhar sem usar os braços, nobre não é aquele que usa as “artes do espírito” para manter uma confraria de salão. Tampouco são livres os trabalhadores automatizados, tragados pela engrenagem da produção incessante. Para Lins, nobre é aquele que emprega o seu tempo, a sua inteligência e o seu corpo na transformação do mundo; livre é aquele que cria. Embora, reconheça: “Quase toda profissão manual é muito bonita. Só que, em geral, dá menos dinheiro que a de senhor de engenho” (LINS, 1979, p. 188).

---

<sup>92</sup> A cena foi ao ar no programa televisivo Fantástico do dia 5/7/2020, e pode ser assistida em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, de 6/7/2020, em <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/06/interna-brasil,869788/fiscal-e-intimidado-em-bar-do-rio-engenheiro-civil-melhor-que-voce.shtml>.

Essa liberdade de que fala Lins não é gratuita, mas vem impregnada do sentido de responsabilidade. A dedicação constante, o rigor, o aprendizado tácito que vem do tempo dedicado ao aprimoramento do próprio ofício reforçam o paralelo entre o escritor que trabalha sua frase “até que uma certa tensão entre as palavras e o que significam se estabeleça (LINS, 1979, p. 156)”, o barbeiro que afia a navalha até que sinta – na mão – ter alcançado aquilo que deseja e o lavrador que mantém a charrua no sulco. Em oposição à ideia colonial da terra farta que dá poder, *status* e riqueza àqueles que a exploram – e que vão aproveitar esse poder e riqueza fáceis, de preferência, bem longe do solo arrasado que deixam para trás, na Europa ou em Miami –, para Osman o que tem valor real se constrói, com esforço, pela ligação alquímica entre a mão do homem, o tempo de vida e a inteligência postos a serviço da criação.

Ao contrário da “erudição ostentosa” de que fala Holanda, o trabalho intelectual do escritor em nada se parece com mero “ornamento e prenda”, mas se constitui “instrumento de conhecimento e ação”, mesmo no que a crítica convencionou classificar como ornamento em sua obra. Veja-se, a título de exemplo, a concisão vocabular, a amplitude simbólica, o ritmo marcado e a força política do *ornamento* que inicia o oitavo mistério do “Retábulo de Santa Joana Carolina”:

O massapê, a cana, a caiana, a roxa, a demerara, a fita, o engenho, a bica, o mel, a taxa, o alambique, a aguardente, o açúcar, o eito, o cassaco, o feitor, o cabo, o senhor, a soca, a ressoça, a planta, a replanta, o ancinho, o arado, o boi, o cavalo, o carro, o carreiro, a charrua, o sulco, o enxerto, o buraco, o inverno, o verão, a enchente, a seca, o estrume, o bagaço, o fogo, a capinação, a foíce, o corte, o machado, o facão, a moagem, a moenda, a conta, o barracão, a cerca, o açude, a enxada, o rifle, a ajuda, o cambão, o cabra, o padrinho, o mandado, o mandão (LINS, 1994, p. 94).

Passemos, então, aos dois últimos elementos do conceito tradicional de nacionalidade que nos servem de guia nesta leitura: a língua nacional e o povo. Osman é considerado por muitos um autor difícil e, portanto, afastado do povo brasileiro, que seria pouco afeito à leitura e, mais especialmente, à leitura que exige dedicação. Embora aborde

o problema da leitura no país em livros e artigos como “Sugestões para o brasileiro ler”, Osman não concorda com a classificação de autor hermético. Em entrevista com o significativo título de “Nunca o poder é aliado da criação artística”, afirma:

Posso dizer que dedico todo o meu esforço para tornar fácil a leitura dos meus textos. Mas, como o mundo não é fácil, dificilmente uma obra literária que tenha uma visão menos ingênua do mundo chega a ser simples. Há numerosos níveis de leitura. Frequentemente abandono temas que me parecem sem interesse para os outros. Quando escrevo acho que as coisas que estou dizendo interessam às pessoas. Escrevo sendo leal a mim mesmo. Isso não quer dizer uma atitude de desdém. Não escrevo para a elite nem para o Mobral. Mas com uma atitude de respeito à palavra, à minha língua e ao meu povo. Estou oferecendo o máximo que posso (LINS, 1979, p. 208).

É fato que Lins não é um autor das multidões, daqueles que se transformam em citações na internet tanto pelo que escreveram como pelo que não escreveram. Fato, também, que sua literatura não se revela à primeira leitura, não se abre com facilidade para o leitor mais afeito ao enredo ou aos textos repletos de “acontecimentos”. Em que medida, porém, isso significaria ser Osman um autor afastado de seu povo? Por que o texto trabalhado, inteligente e plurissignificativo que ele nos apresenta deveria ser classificado como um texto “de elite”? Tenho a impressão de que muito dessa pecha atribuída ao autor se deve a uma certa confusão entre elite e intelectualidade, privilégio e inteligência, como muito bem nos lembra Sérgio Buarque de Holanda. Ciosa de sua posição econômica vantajosa, a elite tradicional brasileira tende a perceber em si mesma um mérito intelectual que decorre menos de suas competências que do poder e dos recursos de que dispõe por fatores históricos e hereditários. É uma “intelectualidade de salão” que povoa a Academia Brasileira de Letras de figuras como o ex-presidente José Sarney e que, no seu diletantismo arrogante, não poderia ser mais contrária a um escritor como Osman Lins. Nesse sentido, Lins pode ser tudo, menos um escritor de elite.

Por outro lado, tampouco é verdade que Lins seja um autor que se dirige ao que se convencionou chamar de “massas”, atitude que levou, nas palavras de Antonio Candido no ensaio “A nova narrativa”, muitos autores a ter demasiada preocupação “com os temas e uma concepção da escrita como veículo, mais do que como objeto central e

criador do processo narrativo” (CANDIDO, 2017, p. 247). Tal tentativa de alcançar o conjunto da população brasileira para, de certo modo, “representá-la” e “educá-la”, se não partia mais do pressuposto de que a arte e a literatura deveriam restringir-se às elites econômicas, certamente entendia o “povo” como uma massa informe a ser direcionada pelo paternalismo benevolente das elites intelectuais. Ora, também nesse sentido Osman Lins é tudo, menos um autor de elite.

A literatura de Lins, em resumo, não é um cartão de visitas para os clubes de elite nem um panfleto para “insuflar as massas”. Ela pressupõe, isso sim, um trabalho de leitura, no sentido de trabalho como reordenamento do mundo que vimos até aqui. Assim como a escrita requer as capacidades do escritor postas a serviço da criação, também a leitura requer tempo, dedicação e interesse, até que o leitor perceba – na mão – a tensão entre as palavras e o que significam, até o atritar das consciências. Para alcançar esse nível de leitura, não é necessário possuir poder e recursos, de que o próprio Lins, oriundo de família humilde e bancário por grande parte da vida, não dispunha. O que o autor propõe com sua literatura exigente é um diálogo entre iguais: “Sendo um homem como os outros, feito da mesma carne que os outros e imerso até os ossos nos mesmos problemas que envolvem meus semelhantes, penso que me é impossível, desde que o faça honestamente, escrever algo que eles sejam incapazes de entender. Considero-os, com o mais fundo respeito, como substancialmente iguais a mim. E meu respeito por eles é que me faz enfrentar todas as dificuldades da criação” (LINS, 1979, p. 138). Não sei o que pensam os que me leem, mas, particularmente, acho esse posicionamento extremamente bonito, porque pressupõe uma atitude fundamentalmente republicana e igualitária. O contrário da cultura do compadrio.

E aqui, já nos encaminhando para o fim, gostaria de chamar a atenção para o fato de que este texto, marcado pelas oposições entre alguns conceitos tradicionais da brasilidade e a postura do autor, poderia levar a crer que, com exceção do fato de ter nascido e vivido neste país, Osman não era assim tão brasileiro. Ele mesmo afirma algo parecido numa entrevista ao *Jornal do Commercio*: “o que ocorre é que sou disciplinado (nisto, como em várias outras coisas, eu não seria talvez muito brasileiro)” (LINS, 1979, p. 242). Discordo. Se chamo a atenção para o fato, é porque faço questão de dizer que

Lins não é um autor apartado do seu povo, pelo contrário. Ele foi uma pessoa e é um autor profundamente brasileiro. Disciplinado, como muitos de nós, consciente, como muitos de nós, igualitário, como muitos de nós. E nós não somos, também, brasileiros?

Eu não escrevo para dinamarquês, nem para australiano, escrevo para o Brasil. O que a gente escreve, todo mundo que escreve sabe disso, nasce do povo a que a gente pertence. E é dirigido a esse povo que fala a nossa língua, são essas vozes que a gente escuta quando está compondo o nosso texto, e ele só é integralmente o livro que escrevi na sua língua (LINS, 1979, p. 229).

Osman Lins é um escritor que se relacionou com o seu povo, com a sua língua e com o seu país em um nível de excelência. Um autor que olhou o Brasil de frente, com o melhor de suas capacidades, sem desprezo, mas também sem adulação, sem indiferença, mas sem subserviência. Comentando sobre *Avalovara*, ele diz: “Eu quis escrever um romance brasileiro, no qual os brasileiros possam se reconhecer. Não quis falar de um Brasil colorido, carnavalesco, mascarado. Não gostaria que meus livros se parecessem com essas danças folclóricas que os africanos apresentam à rainha da Inglaterra” (LINS, 1979, p. 200). Retomando o início deste texto, penso que talvez a resposta à pergunta sobre o que é ser brasileiro se pareça mais com as conquistas narrativas de *Avalovara* que com a linearidade tradicional de *Iracema*, tenha mais a ver com *os brasileiros*, no plural e em minúsculas, que com *o Brasileiro* que povoa nossas generalizações imaginárias. Talvez a nacionalidade seja assim: narrativa feita de narrativas, tempo feito de tempos, rosto feito de rostos, voz feita de vozes, pássaro de pássaros.

Por fim, nessa hora em que “não temos mais esperança, só o desejo da cura”, como lembrou Ana Luiza Andrade em sua palestra, trazendo um comentário do autor sobre a sua situação de saúde que se aplica sem reservas à nossa situação política, espero que possamos aprender com Osman a seguir escrevendo “também para os que haverão de detestar nossos escritos por uma ou outra razão”. “Para que saibam que não são o mundo e que nem tudo é feito à imagem e semelhança deles, ou à imagem e semelhança do que estabelecem” (LINS, 1979, p. 152). Apesar da desesperança, que tenhamos força, como

Osman, para encarar nosso país de frente até que o rosto feito de rostos da nacionalidade reflita também os nossos olhares; que tenhamos ânimo para continuar debatendo até que a grande voz, que hoje grita, tenha que se haver também com os nossos tons dissonantes; que possamos seguir imaginando e criando para que, quem sabe um dia, esse pássaro brasileiro feito de pássaros venha a ser mais do que verde, amarelo, macho e branco.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. *Educação pela Noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.

DIAS, Daniella S. “O que vem a ser Nação no contexto atual?”. In *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 49 n. 196 out./dez. 2012, p 53-68.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IGEL, Regina. *Osman Lins: uma biografia literária*. São Paulo: T. A. Queiroz; Brasília: INL, 1988.

KLEIN, Herbert. LUNA, Francisco. “População e sociedade”. In REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. SCHWARCZ, Lilia (direção). *Coleção História do Brasil-Nação: 1808-2010*, vol. 5.

LINS, Osman. *A Rainha dos Cárceres da Grécia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *Evangelho na Taba: outros problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus, 1979.

\_\_\_\_\_. *Guerra sem testemunhas: o escritor, sua condição e a realidade social*. São Paulo: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_. *Nove, Novena*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

REALE, Miguel. *Teoria do direito e do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2000.